



TIÃO VIANA

Viana espera votos do PMDB. Garibaldi descarta dissidência

“Vamos ao voto”, afirma candidato do PT, que prevê de cinco a sete votos de senadores do PMDB a favor de sua candidatura. Mas o presidente do Senado não acredita em dissidência “desse tamanho” em seu partido. 4



GARIBALDI ALVES

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br/jornal

EDIÇÃO ESPECIAL ELETRÔNICA – Nº 20

Brasília, terça-feira, 27 de janeiro de 2009

Como enfrentar a crise ambiental e financeira?

A crise financeira internacional e a busca de soluções ambientalmente sustentáveis devem dominar as discussões do Fórum Social Mundial, que começa hoje em Belém com a presença de chefes de estado sul-americanos e de pessoas de 150 países. 2 e 3



Grupos regionais participam em Belém da abertura do Fórum Mundial de Educação, evento paralelo à nona edição do Fórum Social Mundial

A Subcomissão Temporária de Combate ao Trabalho Escravo, presidida pelo senador José Nery, está participando da nona edição do fórum. Em um evento paralelo, a senadora Marina Silva observou ontem que a crise ambiental é mais séria que a econômica, mas que as duas terão que ser resolvidas por esta geração. 2 e 3



Entre Moacir Gadotti (E) e Leonardo Boff, Marina diz que “a visão de que os recursos naturais eram infinitos caiu por terra”

Interlegis ajuda a estruturar Legislativo da Guiné-Bissau

O programa Interlegis, do Senado Federal, é considerado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento um sucesso na modernização e integração do Poder Legislativo nas esferas federal, estadual e municipal.

Diante desse êxito, diversos países têm se inspirado no programa brasileiro para modernizar seus Legislativos. O exemplo com maior participação do Interlegis no exterior vem da África. Na Guiné-Bissau, país pobre da costa oeste africana, a assembleia nacional teve a ajuda de técnicos do Brasil para treinar funcionários e desenvolver o portal da instituição. 4

Projeto institui licença para capacitação de trabalhadores

A Comissão de Assuntos Sociais examina proposta de Cristovam Buarque que modifica a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) para garantir aos empregados, a cada três anos de atividade na mesma empresa, uma licença de capacitação profissional.

Pelo projeto, o trabalhador poderá afastar-se de suas atividades, sem prejuízo de emprego ou salário, por 120 horas, no mínimo, para frequentar cursos de capacitação profissional. O curso escolhido deverá, obrigatoriamente, ser destinado a melhorar sua qualificação em área relacionada aos interesses da empresa. 3

Cerca de 100 mil pessoas, de 150 países, são esperadas no evento, que ocorre de hoje até domingo em Belém

Sustentabilidade e crise darão o tom do Fórum Social

UMA SEMANA APÓS a posse de Barack Obama na Presidência dos Estados Unidos, temas como a crise financeira internacional e a busca de soluções ambientalmente sustentáveis para o planeta ocuparão, a partir de hoje, o centro das discussões da nona edição do Fórum Social Mundial (FSM). Cerca de 100 mil pessoas de aproximadamente 150 países são esperadas na cidade de Belém, escolhida para sediar o evento este ano por sua localização no coração da Floresta Amazônica.

Até domingo, autoridades e representantes de organizações e de movimentos sociais do mundo todo se revezarão em mais de 2.600 atividades, como seminários, cursos, oficinas e eventos culturais. Além de chefes de Estado e governadores dos territórios que compõem a Floresta Amazônica – está confirmada a presença dos presidentes do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva; da Venezuela, Hugo Chávez; da Bolívia, Evo Morales; do Equador, Rafael Correa; e do Paraguai, Fernando Lugo –, o FSM reunirá parlamentares da região com o objetivo de discutir temas do interesse da população dos países.

Em entrevista à Rádio Senado na semana passada, o senador José Nery (PSOL-PA), que participará dos debates, disse esperar que das discussões resultem alternativas para minimizar os efeitos da crise econômica sobre os trabalhadores, em tempos de recorde nos índices de desemprego.

Já a senadora Marina Silva (PT-AC), uma das presenças destacadas nas atividades relacionadas ao meio ambiente, afirmou que, apesar das críticas de que os resultados práticos dos fóruns sociais seriam praticamente inexistentes, os avanços são significativos. Para ela, existe, sim, uma construção, mas uma

“construção processual”.

– Temos que pensar o Fórum Social como um espaço de discussão, que traz a experiência dos diferentes movimentos que aqui comparecem e, ao mesmo tempo, um espaço de interlocução entre esses diferentes olhares. O resultado será o processo, que já ganha corpo na sociedade em vários segmentos. Não há como se imaginar que um espaço como este possa sair com uma plataforma concreta, pragmática – disse.

Prova dessa “construção processual”, na visão da senadora, foi a capacidade de fóruns anteriores de anteverem as crises econômica e ambiental que pautam o fórum atual.

A abertura oficial do Fórum Social Mundial ocorrerá às 15h, com uma caminhada que deverá reunir os participantes. Desde o fim de semana, porém, Belém já é palco de diversos debates nos chamados fóruns temáticos paralelos. Ontem, por exemplo, a educação pública esteve em destaque na agenda do Fórum Mundial de Educação.

Histórico

O Fórum Social Mundial surgiu em 2001, numa tentativa das representações de esquerda de fazer um contraponto ao Fórum Econômico Mundial, que é realizado todos os anos em Davos, na Suíça. O Brasil abrigou as três primeiras edições do evento, que aconteceram em Porto Alegre. Em 2004, o fórum foi transferido para a Índia, e, em 2005, retornou à capital gaúcha. Em 2006, as atividades ocorreram simultaneamente em três países: Mali, Paquistão e Venezuela. No ano seguinte, o Quênia foi escolhido como sede do evento.

Em 2008, cerca de 800 atividades foram realizadas em 80 países no Dia de Ação de Mobilização Global, em 26 de janeiro.



Grupos folclóricos paraenses se apresentam na abertura do Fórum Mundial de Educação, em Belém



Moacir Gadotti (E), do Instituto Paulo Freire, Marina Silva e o teólogo Leonardo Boff discutem futuro da educação

Marina Silva defende novo conceito de educação

Ao falar a um público de 6 mil pessoas na abertura do Fórum Mundial de Educação – evento paralelo ao Fórum Social Mundial – na manhã de ontem, em Belém, a senadora Marina Silva (PT-AC) lançou um desafio:

– A visão de que os recursos naturais eram infinitos caiu por terra. Precisamos mudar essa percepção, criar um novo caminho, ou ao menos uma nova maneira de caminhar. Daí a importância da educação.

Ao fazer menção aos dois principais temas que orientam as discussões da nona edição do Fórum Social Mundial, a senadora, que dividiu a mesa com o professor Moacir Gadotti, diretor do Instituto Paulo Freire, e com o teólogo Leonardo Boff, observou que, a seu ver, a crise ambiental é mais séria que a econômica, mas que as duas terão que ser resolvidas agora, por esta geração, e ao mesmo tempo.

Marina convidou os professores presentes ao encontro a participarem da refundação do conceito de educação, em busca de um novo processo civilizatório baseado na aceitação da diferença, na co-autoria e na criação permanente.

– Estamos adaptados a agir, a pensar e fazer as coisas de um jeito, e vamos ter que nos desadaptar. Não vamos mais ensinar para, mas ensinar com – disse.

Excluídos

Para Leonardo Boff, o grande desafio da educação dos novos tempos “é impedir que a civilização se bifurque entre os que usam os serviços da Humanidade a seu serviço e os excluídos”.

– A educação deve manter o planeta unido. Estamos numa situação de caos. Depende de nós que isso se transforme num salto de qualidade – frisou.

De acordo com Moacir Gadotti, um dos idealizadores do evento, o principal objetivo do FME é afirmar a educação como direito, e não como mercadoria.

– Para muitas pessoas, é muito difícil estudar. A educação continua uma mercadoria. Só têm aqueles que podem pagar. Não pode continuar sendo assim tão difícil – assinalou.

A programação do Fórum de Educação, que se estende até 1º de fevereiro, inclui debates sobre temas como política ambiental nos currículos escolares, experiências de educação integral em escolas públicas, contribuições da inteligência emocional para a educação infantil, inclusão social na escola, experiências entre outros.

A senadora Fátima Cleide (PT-RO) também compareceu à abertura do Fórum de Educação, assim como o ex-senador Roberto Saturnino (PT-RJ).

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Garibaldi Alves Filho
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Alvaro Dias
1º Secretário: Efraim Moraes
2º Secretário: Gerson Camata
3º Secretário: César Borges
4º Secretário: Magno Malta
Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agaciél da Silva Maia
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios
Diretora de Jornalismo: Maria da Conceição Lima Alves

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Denise Costa e Moisés de Oliveira
Edição: Maria Lúcia Sigmaringa e Rita Nardelli
 O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Davi Emerich (61) 3303-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, José do Carmo Andrade, Juliana Steck e Thâmara Brasil
Diagramação: Henrique Eduardo L. de Araújo e Iracema F. da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes
Tratamento de imagem: Braz Felix, Edmilson Figueiredo, Humberto Souza Lima e Roberto Suguino
Arte: Cirilo Quartim e Oscar
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3303-3332
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br
 Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137
 Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF.
 CEP 70165-920

O combate ao uso de mão-de-obra forçada será discutido em uma oficina com representantes da sociedade civil de várias partes do mundo. Haverá também uma marcha para cobrar da Câmara a aprovação da PEC 438/01

Subcomissão do trabalho escravo participa do Fórum Social em Belém

A SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA de Combate ao Trabalho Escravo, criada no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), comparecerá ao Fórum Social Mundial, que começa hoje em Belém. O colegiado atuará em dois eventos: uma oficina de debates sobre o tema, que contará com a presença de representantes de entidades de diferentes países, e uma marcha organizada pela Frente Nacional de Combate ao Trabalho Escravo para denunciar a prática e colher assinaturas pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição 438/01. Essa PEC prevê a expropriação de terra, para fins de reforma agrária, onde houver exploração do trabalho escravo.

A criação da subcomissão foi uma das ações do Congresso Nacional na luta contra a exploração do trabalho escravo. Outra medida adotada pelo Senado foi a aprovação, pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), de emenda ao Orçamento da União de 2009 destinando R\$ 200 milhões ao Ministério do Trabalho



Segundo José Nery, parlamentares podem criar frente contra o trabalho escravo

e Emprego, a serem utilizados no combate ao trabalho escravo e infantil.

O senador José Nery (PSOL-PA), presidente da subcomissão, informou que os parlamentares vêm discutindo a possibilidade de criação de uma frente parlamentar pela erradicação do trabalho escravo. A frente terá a missão, entre outros objetivos, de solicitar à Câmara dos Deputados a aprovação da PEC do

Trabalho Escravo.

Frente Nacional

Em junho de 2008, houve o lançamento da Frente Nacional de Combate ao Trabalho Escravo. Compõem o grupo a Organização Internacional do Trabalho (OIT); a Subcomissão Temporária de Combate ao Trabalho Escravo do Senado; a Subcomissão de Combate ao Trabalho Escravo, Degradante e Infantil da Câmara

dos Deputados; a Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República; o Ministério Público do Trabalho; a Procuradoria Geral do Trabalho; a Secretaria de Inspeção do Trabalho, do Ministério do Trabalho e Emprego; a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB); e a Comissão Pastoral da Terra, além de sindicatos e organizações não-governamentais.

A frente coordena a campanha que visa recolher 1 milhão de assinaturas em todo o país para pedir à Câmara a aprovação da PEC 438/01. Em março de 2008, houve um ato público nacional contra o trabalho análogo ao escravo e pela aprovação da PEC 438/01. A manifestação foi realizada em frente ao Congresso e reuniu mais de mil pessoas, com representantes de 26 entidades, entre elas a OIT, a Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho e a Via Campesina.

A PEC do Trabalho Escravo, apresentada em 1999 pelo então senador Ademir Andrade (PSB-PA), já foi acolhida no Senado e em primeiro turno na Câmara.

Condições degradantes de trabalho atingem 25 mil no país

Trabalho escravo é uma expressão utilizada no Brasil para denominar a atividade laboral exercida em condições degradantes, associada ao cerceamento da liberdade e à subserviência a um empregador devido a dívidas contraídas pelo trabalhador. A explicação é do senador José Nery.

A Organização Internacional do Trabalho, em sua Convenção 29, promulgada em 1930, define o trabalho forçado como aquele "exigido de uma pessoa sob ameaça de sanção e para o qual não se tenha oferecido espontaneamente", o que inclui a escravidão.

A OIT voltou a tratar do assunto em 1957, ao editar a Convenção 105, pela qual proibiu toda forma de trabalho forçado ou obrigatório como meio de repressão ou educação política. O documento também vedou a utilização de mão-de-obra como instrumento de disciplina ou punição por participação em greves trabalhistas.

São 25 mil pessoas mantidas sob condições análogas à de escravo no Brasil, conforme o relatório da OIT "Uma Aliança Global contra o Trabalho Forçado". Segundo José Nery, os órgãos oficiais ressaltam que não existem dados estatísticos

precisos sobre o assunto. No entanto, disse, há avaliações de que o número de pessoas trabalhando em condições semelhantes à escravidão pode passar de 40 mil.

Ainda de acordo com o relatório, os trabalhadores que se encontram nessas condições são recrutados, em geral, nos centros urbanos do Nordeste por intermediários, os "gatos", com a promessa de bons salários. Os que aceitam são levados a fazendas ou acampamentos em áreas remotas. Conforme o organismo internacional, os trabalhadores já chegam ao local do trabalho com o salário

comprometido com dívidas de transporte, alojamento, alimentação e bebidas. O isolamento geográfico os obriga a comprar alimentos e outros produtos do próprio empregador, a preços exorbitantes. Essas pessoas são mantidas num ciclo de servidão e dívida e não podem se afastar do local devido à presença de guardas armados.

A principal incidência de trabalhadores em condições análogas à de escravo é na Amazônia e na zona rural de alguns estados do Nordeste. No entanto, afirma José Nery, há casos em fazendas do Centro-Sul do país e no meio urbano.

PARLASUL ELOGIA REFERENDO BOLIVIANO

Em nota divulgada domingo, as presidências do Parlamento do Mercosul (Parlasul) e da Comissão de Representantes Permanentes, que coordenou a missão de observadores do bloco à Bolívia, felicitaram o povo daquele país "pela extraordinária jornada de transparência democrática que teve lugar hoje [dia 25] durante a celebração do Referendo Constitucional 2009 [sobre a nova Constituição] em todo o território da República da Bolívia".

Segundo o comunicado oficial, foi presenciada a realização de um referendo exemplar: "Verificamos o rigor dos bolivianos para cumprir com seus deveres no momento de votar e o rigor das autoridades para preservar o sigilo. Também comprovamos o acatamento das regras no momento da apuração".

LIVRO MOSTRA A ARBORIZAÇÃO DO DF

O Programa Senado Verde lança amanhã o livro *Arborização urbana do Distrito Federal – histórias e espécies do Cerrado*, que trata, em 400 páginas, do processo de arborização de Brasília. O lançamento será na Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho, a partir das 18h30.

A publicação reúne informações sobre as 75 espécies do Cerrado utilizadas na arborização da capital da República. Além das fotos e da descrição das espécies, o livro traz um glossário para facilitar a leitura por parte do público não especializado na área.

A apresentação do livro – uma iniciativa do Governo do Distrito Federal (GDF) com apoio do Senado – é do presidente da Casa, Garibaldi Alves, do 1º secretário, Efraim Morais, e do diretor-geral, Agaciel da Silva Maia.

Projeto garante licença ao empregado para capacitação profissional



Cristovam está preocupado com as demissões devido à desqualificação

Com a finalidade de melhorar o nível de qualificação técnica dos trabalhadores, encontra-se na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) proposta do senador Cristovam Buarque (PDT-DF) que modifica a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) para garantir aos empregados, a cada três anos de atividade numa mesma empresa, licença de capacitação profissional.

Conforme o projeto (PLS 28/08), o trabalhador poderá afastar-se de suas atividades,

sem prejuízo de emprego ou salário, por 120 horas, no mínimo, para frequentar cursos, que deverão melhorar sua qualificação em área relacionada aos interesses da empresa.

Na justificativa da matéria, Cristovam argumenta que muitos jovens que procuram as agências de emprego não conseguem preencher as vagas existentes por falta de qualificação. O senador lembra, ainda, ser comum que empresas demitam trabalhadores por não

atenderem às novas exigências técnicas de suas funções.

A proposição tramita na CAS em decisão terminativa, com relatório favorável do senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE). O relator afirma que a capacitação profissional dos trabalhadores está na ordem do dia e que o Brasil não pode se descuidar do assunto, sob pena de ser preterido em investimentos importantes para a consolidação de seu desenvolvimento econômico.

Segundo Valadares, somente o mercado da tecnologia da informação deverá criar mais de 290 mil empregos no país até o final de 2009. Assim, ressalta, é fundamental que as empresas ajudem no esforço de formação de mão-de-obra capacitada para preencher esses postos. Em sua avaliação, a proposta de licença para capacitação profissional pode representar uma ferramenta importante no processo de melhoria da qualificação dos trabalhadores.

Senado ajuda Guiné-Bissau a consolidar Poder Legislativo

Considerado bem-sucedido pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que financia metade dos recursos aplicados no programa, o Interlegis, do Senado, serve de modelo para diversos países.

Mas a contribuição mais decisiva do Interlegis no exterior ocorre na Guiné-Bissau, um dos países mais pobres da África. Por iniciativa da secretária de Estado do governo Bush, Condoleezza Rice, foi selado um acordo prevendo a colaboração do Interlegis na organização da Assembleia Nacional Popular. Instituída em 1973, após a proclamação

da independência da então colônia portuguesa, a ANP não conseguiu se estruturar devido ao quadro político do país, conturbado por vários golpes de Estado. Acabou dissolvida em novembro de 2002.

Os norte-americanos atuaram na formação de lideranças, no funcionamento do Plenário e das comissões. Já a participação brasileira, iniciada com uma missão do Interlegis ao país em 2007, voltou-se para a capacitação de funcionários, a instalação do portal legislativo e a aplicação de produtos e serviços desenvolvidos pelo Interlegis.



Interlegis, em Brasília: criação do portal da Assembleia da Guiné-Bissau

País depende de apoio externo, mas possui petróleo e fosfato

A Guiné-Bissau possui uma área próxima ao tamanho do estado de Sergipe e cerca de 1,7 milhão de habitantes, dos quais quase um terço em Bissau, a capital. Possui reservas de petróleo e de fosfato, estratégicas para a economia do país devastado pelas guerras e que depende basicamente da ajuda internacional.

No entanto, José Dantas Filho, do Interlegis, ressalta que Guiné-Bissau possui cerca de 30 partidos que abrigam várias etnias e religiões. O sistema é unicameral com 102 parlamentares. Há eleições para presidente e para deputados. Uma das preocupações



Dantas: mesmo pequena e pobre, Guiné-Bissau tem reservas estratégicas dos brasileiros e dos norte-americanos é assegurar que os partidos continuem mistos, evitando que haja a predominância de etnias fortes.

Interlegis vai aplicar, até 2013, US\$ 64 milhões nos municípios

A segunda etapa do Programa Interlegis – que busca viabilizar o acesso dos produtos e serviços da Comunidade Virtual do Legislativo aos 5.562 municípios brasileiros – começa a ser executada até o início de março, conforme informações do seu diretor-executivo, Márcio Sampaio Leão. O investimento total é de US\$ 64 milhões aplicados até 2013, dos quais metade financiada pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e a outra por recursos orçamentários da União.

Para tanto, serão selecionados os 700 municípios mais influentes nas 523 microrregiões estabelecidas de acordo com os critérios do IBGE. Eles pas-

sarão a funcionar como polos de multiplicação das tecnologias e cursos oferecidos pelo Interlegis. Na primeira fase, que se encerrou em 2007, “as ferramentas foram aplicadas isoladamente, de acordo com a demanda de cada município”, explica Leão.

Na primeira etapa, que envolveu recursos de US\$ 50 milhões, o programa conseguiu treinar por educação a distância mais de 38 mil funcionários dos 4.334 municípios que já aderiram ao programa e mais de 4 mil em treinamentos presenciais. A partir de 2007 foi desenvolvido um projeto-piloto para testar a organização desses polos de difusão.

Na disputa pela Presidência da Casa, senador petista afirma que continuará negociando apoio para sua candidatura até a eleição, marcada para o dia 2 de fevereiro

Tião Viana: “Vou disputar votos até o último segundo”

O SENADOR TIÃO Viana (PT-AC) disse ontem que continua negociando apoio a sua candidatura à Presidência do Senado e que vai disputar votos até o último segundo antes da eleição, na próxima segunda-feira, a partir das 10h. Ele qualificou sua candidatura como a que será capaz de renovar a Casa e promover o reencontro do Legislativo com a sociedade brasileira.

– Vamos ao voto. O desafio é ter uma Casa que se renovará ou uma Casa que continuará nos termos que está. Eu estou animado e com muita responsabilidade. A minha posição é clara: defendo a renovação do Senado Federal, o reencontro do Poder Legislativo com a sociedade brasileira, uma agenda de transformação do país, a votação das grandes reformas do Estado, o reencontro da credibilidade do agente político e da instituição partido político junto à sociedade – afirmou.

Tião Viana disse que a atual etapa da campanha eleitoral é centrada nos entendimentos sobre participação em comissões e sobre a representatividade partidária e dos blocos compostos por partidos políticos. Ele avaliou como normal essa negociação em torno de cargos, pois seria da natureza do Parla-



Busca de renovação na Casa e reencontro com a sociedade são metas de Viana

mento, mas não revelou o que está negociando politicamente ou os votos que já estão declarados a ele.

– Porque essa é a etapa da inteligência política. Vamos conversar olho no olho, vamos discutir com os partidos, com os blocos, vamos discutir a proporcionalidade na Casa. Mas isso tudo tem agora um vínculo com o voto e o voto tem que ser tratado com absoluto cuidado para poder ser garantido o melhor resultado – frisou.

Mesmo assim, Tião Viana disse acreditar que terá de cinco a sete votos no PMDB e até uma quantidade não definida de votos no partido opositor Democratas. O senador também acredita ter votos no

PTB, embora reconheça que, hoje, o partido não está “muito simpático” à sua candidatura. Ele ainda ressaltou a importância do PSDB para o pleito, afirmando que, caso os tucanos se inclinarem pelo seu nome, “haverá muito mais facilidade para uma vitória”. Defendeu a manutenção do acordo firmado entre o PT e o PMDB na Câmara dos Deputados.

– Eu defendo o cumprimento do acordo com o deputado Michel Temer [PMDB-SP] e tenho certeza que ele defende o apoio dos partidos ao meu nome como parte do equilíbrio partidário. Agora, isso vai depender do bom senso e da maturidade e vamos à disputa do voto até o último segundo – concluiu.

Garibaldi diz não acreditar em dissidência no PMDB

O presidente do Senado Federal, senador Garibaldi Alves Filho, disse ontem que não acredita que haja “de cinco a sete” senadores do PMDB decididos a não votar no virtual candidato do partido à Presidência da Casa para o biênio 2009/2010, senador José Sarney (PMDB-AP). A estimativa da dissidência foi feita pelo também candidato Tião Viana (PT-AC), em entrevista no mesmo dia.

– Acho muito pouco provável que exista no PMDB uma dissidência desse tamanho – hoje ou amanhã, ou até o dia da eleição – com relação à candidatura de José Sarney. Acho que, se o senador Tião Viana disse mesmo isso, se ele estiver colocando esses votos na conta dele, vai terminar dando a conta errada – afirmou Garibaldi, lembrando que a candidatura de Sarney ainda não foi anunciada oficialmente.

O presidente do Senado ressaltou que tem conversado com os senadores e não notou esse propósito em nenhuma dessas conversas. Mas ressaltou que está “sem saber das articulações”. Disse que na reunião da bancada, prevista para amanhã,



Garibaldi afirmou que partido deve referendar candidatura de Sarney amanhã

os senadores do partido vão manifestar seu apoio à candidatura de Sarney. Garibaldi lembrou que sua candidatura poderia ser contestada na Justiça, uma vez que ele pretendia a reeleição dentro da mesma Legislatura.

– Diante de uma candidatura que não tem nenhum risco como a de José Sarney e que tem uma viabilidade eleitoral muito grande, só me resta falar aos companheiros do meu agradecimento ao apoio que me deram anteriormente – afirmou o presidente do Senado, em entrevista a jornalistas na porta

de seu gabinete.

Na opinião de Garibaldi, a eleição de Sarney não deve prejudicar a candidatura de Michel Temer (PMDB-SP) à Presidência da Câmara dos Deputados. Para o presidente do Senado, as duas eleições “estão correndo de uma maneira autônoma, paralelamente, sem haver nenhum cruzamento”. Garibaldi disse ainda não ver como uma eleição pode atrapalhar a outra. O presidente considerou também normal a disputa entre os partidos pela presidência das comissões da Casa.